

O fim do INSS

INSS Digital, fechamento de agências, contratação de militares. Tudo indica um rumo sem volta se não houver resistência e luta

PÁG. 6



Reformas de Bolsonaro retiram direitos e enfraquecem sindicatos

As reformas Previdenciárias, Administrativa e Sindical se interligam com um único objetivo: retirar direitos dos trabalhadores e dismantlar sindicatos

PÁG. 3

Os desafios de 2020

Começamos 2020, mas sem ilusões.

A luta de classes na sociedade capitalista é permanente.

Este é um ano que vamos colher os amargos frutos da Reforma da Previdência já aprovada no Congresso Nacional e enfrentaremos as reformas Administrativa e Sindical.

O Governo Bolsonaro não para de aprofundar os ataques à classe trabalhadora e os servidores públicos são seu alvo principal.

Nesta edição do Em Pauta, falamos um pouco sobre como ficaram as regras após a aprovação da reforma da Previdência e também o que nos espera com as reformas Administrativa e Sindical, que retiram direitos dos servidores e enfraquecem os sindicatos. O

Em Pauta fala também sobre o desmonte do INSS e da Previdência pública, o fechamento das agências do INSS a exemplo da APS Florianópolis/Continente, palco de muitas lutas da categoria.

Em tempos de um governo fascista e contra a classe trabalhadora, agências são fechadas e o governo cogita chamar militares para trabalhar no INSS, um dos órgãos mais estratégicos para o País.

Desde o início do seu governo, Jair Bolsonaro, visa privatizar a previdência pública dos brasileiros e entregar ao mercado financeiro. Assim como ocorreu no Chile, país vizinho, no Brasil a privatização da Previdência dos brasileiros segue a passos largos.

A previdência sempre encheu os olhos do mercado.

Desmantelar o INSS, piorar os serviços e as condições de trabalho, terceirizar funcionários e a não realização de concursos públicos, aliada ao esvaziamento das APS, sempre fez parte de um projeto maior: o entreguismo da nossa previdência pública ao mercado privado.

Para empresários, banqueiros e governo é só um jogo de interesse financeiro.

Para a população é o fim de direitos e a precarização da vida.

Se não houver resistência não sobrará nada.

Cabe a nós não nos exirmos desta luta.

Mobilização, senso crítico e união são palavras que não podemos abrir mão em 2020.

Sigamos.



Expediente



Sindprevs/SC em Pauta é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina.

Textos, Edição, Fotos e Editoração:
Rosângela Bion de Assis (390/SC JP),
Marcela Cornelli (921/SC JP) e Clarissa Peixoto (3609/SC JP)

Projeto Gráfico:
Mariana da Silva Buogo

Edição de arte e ilustração:
Frank Maia

Tiragem: 5.000 exemplares.
imprensa@sindprevs-sc.org.br
Os textos assinados não correspondem à opinião da Diretoria do Sindprevs/SC.

DIRETORIA SINDPREVS/SC

Vera Lúcia da Silva Santos (Coordenação Geral) • Fátima Regina da Silva (Diretora da Secretaria-Geral) • Clarice Ana Pozzo (Diretora da Secretaria-Geral) • Valmir Braz de Souza (Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro) • Valéria Freitas Pamplona (Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro) • Luiz Fernando Machado (Diretor do Depto. de Política e Organização de Base) • João Paulo S. Silvestre (Diretor do Depto. de Política e Organização de Base) • Sabrina Fermiano Campos (Diretora do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos) • Alessandra Oville Couto (Diretora do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos) • Maria Goreti dos Santos (Diretora do Depto. de Comunicação) • Marialva Ribeiro Chies de Moraes (Diretora do Depto. de Comunicação) • Roberto Machado de Oliveira (Diretor do Depto. Jurídico) • Rosemeri Nagela de Jesus (Diretora do Depto. Jurídico) • Juanita Cordeiro dos Santos Aune (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas) • Eni Marcos de Medeiros (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas) • Cleusa Maria Pereira (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador) • Ana Maria Pereira Vieira (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador) • Maria Lúcia Bittencourt da Silva (Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo) • Murilo Cardoso (Diretor do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo) • Luciano Wolfenbüttel Vêras (Diretor do Depto. de Relações Intersindiais e Relações de Trabalho) • João Olímpio Ferreira (Diretor do Depto. de Relações Intersindiais e Relações de Trabalho) Conselho Fiscal
Titulares: Maria Magui Schlickmann, Marilda Lima, Vilbio Pereira • Suplentes: Rejane Maristela Bortoluzzi e Yolanda Medeiros

ATENDIMENTO EXTERNO DO SINDICATO DAS 9H ÀS 18H

(48) 3224-7899 | www.sindprevs-sc.org.br

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro, Florianópolis/SC | CEP: 88020-600

@sindprevs@sindprevs-sc.org.br @sindprevs
f Sindprevs Santa Catarina s sindprevs.sc

Reformas e o desmonte do Estado brasileiro

Seminário sobre as reformas administrativa, previdenciária e sindical discutiu os reflexos sobre os serviços públicos e o acesso a políticas públicas essenciais.

A lógica ultraliberal que orienta o programa do governo Bolsonaro (sem partido) pode ser observada nas medidas que visam diminuir a presença do Estado em benefício dos interesses das grandes corporações privadas. Essas ações fazem parte de um contexto e um projeto que, em nome do capitalismo globalizado, atua para a privatização das riquezas nacionais e para a superexploração dos trabalhadores latino-americanos.

Com essa perspectiva, o advogado Luis Fernando Silva abriu o Seminário sobre os efeitos das reformas, organizado pelo Sindprevs/SC, nos dias 20 e 21 de novembro de 2019, na Grande Florianópolis. A primeira das três palestras tratou do Desmonte do Estado e da reforma administrativa. Luis Fernando buscou relacionar as medidas de contingenciamento promovidas pelo governo à ofensiva do capital internacional que vem desestabilizando os regimes democráticos em diversas partes do mundo. Para Luis Fernando, este projeto visa reduzir direitos trabalhistas e sociais; diminuir a proteção ambiental; ampliar a informalidade nas relações de trabalho; manter a lógica de pagamento da dívida pública; o

desmatamento e a exploração da Amazônia; o uso indiscriminado de agrotóxicos pelo agronegócio e entrega das riquezas minerais por meios das privatizações.

De acordo com o palestrante, o pacote lançado pelo governo Bolsonaro o “Plano Mais Brasil”, através das PECs 186, 187 e 188, protege e amplia o esquema da dívida pública e aprofunda a dependência do Estado ao sistema financeiro. “Ao manter o esquema da dívida pública, o governo precisa retirar recursos de algum lugar, então ele reduz o gasto público, incluem os servidores, as ações nas áreas sociais, todos esses cortes em setores estratégicos, como educação, ciência e saúde, para garantir recursos ao sistema financeiro”.

A emenda constitucional 95, que congela gastos em áreas essenciais por pelos menos 20 anos e a Reforma Trabalhista, aprovadas ainda no Governo Temer, já anunciavam o período de recessão para os trabalhadores. Elas compõem um conjunto de medidas que extrapoladas pelo Governo Bolsonaro, com a Reforma da Previdência, o Plano Mais Brasil e a Medida Provisória 905 que taxa o seguro desemprego e livra empresários de recolher previdência daqueles que optarem pela carteira de trabalho verde e amarela, segundo Luis Fernando.

Servidores Públicos

Neste pacote de medidas, também está proibida a ad-



missão de servidores públicos e redução da jornada de trabalho junto com redução de remuneração. Voltará a ser feita contratação via CLT, terceirização e contratos temporários. Para completar, está prevista a “flexibilização” da estabilidade e demissão por insuficiência de desempenho nos projetos PLC 51/19, PLS 116/17 e PLC 248/98.

Um dos temas centrais da reforma administrativa é o fim da estabilidade para

a grande maioria das carreiras. Com as PECs serão suspensas concessões de vantagens, aumentos e reajustes; alterações de carreira; progressão e promoção; admissão de servidores; criação ou majoração de auxílios, vantagens, ou benefícios; benefícios indenizatórios; redução da jornada com redução remuneratória.

*Contribuiu
Ana Carolina Madeira*

Fim da proteção previdenciária



Aprovada no Congresso brasileiro, a Reforma da Previdência traz sérios prejuízos para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. O advogado e assessor jurídico do Sindprevs/SC e da Fenasps, Luis Fernando Silva falou durante o Seminário sobre os efeitos das Reformas, no Hotel Golden, em São José, que a partir da PEC 103/19, apenas quem já preencheu as condições para ter os benefícios previdenciários até o dia 13 de novembro de 2019 mantém o direito adquirido. Caso não tenha completado as exigências, fica sem o direito. “Todos serão atingidos, de forma direta ou indireta, por outras medidas da PEC”, acrescentou Luis Fernando. Sobre a contagem de tempo em setor privado para somar

ao tempo em serviço público, a proposta quer que seja feita revista (revisão das contribuições em contagem recíproca). “É uma grave ameaça ao direito adquirido, porque significa que quem já está aposentado poderá ser chamado de volta ao trabalho”, declarou o assessor jurídico.

A lista de maldades da PEC continua com o estímulo à migração para a capitalização (e o projeto retornará em 2020), acréscimo de contribuições extraordinárias (além das obrigatórias, pode haver mais cobrança), a desconstitucionalização e os riscos decorrentes do déficit que está sendo criado com as reformas. Com a reforma, os brasileiros terão muito mais dificuldade para se aposentar devido as novas restrições, as formas de cálculos que re-

duzem os valores a serem recebidos e regras de transição mais prejudiciais.

Sobre o Déficit

A relação entre Ativos/Inativos da Previdência é de mais de 3 x 1. “Mesmo com a alta taxa de desemprego no País, para cada três trabalhadores, há um aposentado. É equilibrada e superavitária”, explica o assessor. Cerca de 57,9% da População Economicamente Ativa atua na informalidade, segundo o IBGE. Este percentual equivale a 60,9 milhões de pessoas. Além disso, o governo promove desvios institucionais de recursos da Seguridade Social, por meio da Desvinculação das Receitas da União. Sem contar com os cálculos de evasão fiscal. Para completar, o governo desconsidera que a Previdência é par-

te da Seguridade Social. “De 2010 a 2014, só a DRU retirou R\$ 230 bilhões da Seguridade. Se não houvesse superávit, não haveria desvinculação. Não tem como tirar dinheiro de onde não tem. A Emenda Constitucional 95 ainda aumentou a DRU para 30% e vai durar por 20 anos”, lembra Luis Fernando. Os chamados “incentivos fiscais” dos governos chegaram ao montante de R\$ 63,5 bilhões em renúncia fiscal, em 2015. Somada à ineficácia da cobrança da dívida ativa (empresas e pessoas que devem à União), e aos gastos com a dívida pública, é impressionante o governo dizer que o prejuízo está na Previdência.

Por Ana Carolina Madeira (jornalista e integrante da ACD)



Liberdade sindical sob ameaça

Qualquer regulação da atividade sindical reflete a interferência do Estado sobre a liberdade das entidades classistas de se autorregular a partir de suas próprias decisões. A organização dos trabalhadores deve ser capaz de construir convencimentos e conviver com as diferenças em seu interior. Quanto menor for essa capacidade do movimento sindical, maior as possibilidades de algum outro ente interferir na sua condução. Essa premissa foi o ponto de partida para a discussão sobre a reforma sindical que deve entrar na pauta de discussão do Congresso Nacional nos próximos meses. Ministrada pelo

advogado Luis Fernando Silva, a palestra apresentou uma linha do tempo das propostas parlamentares que já circularam no Congresso Nacional e quais caminhos ela deve trilhar. De acordo com Luis Fernando, a PEC 196/2019 apresentada pelo deputado Marcelo Ramos (PL/AM) exige das entidades condições difíceis de serem atingidas, como ter sido responsável por ao menos uma negociação coletiva, nos três últimos anos, para continuar representando a categoria. Ela também acaba com a unicidade, fixa a organização por setor econômico ou ramo de atividade e

cria um conselho que determinará os critérios para que se obtenha a carta sindical. Entre as medidas, existe a possibilidade de separar aposentados e pensionistas de sua representação de origem. Para o serviço público, ventila-se a mudança de aposentados e pensionistas para o Ministério da Economia, o que poderia facilitar revisões de carreira e remuneração, indo de encontro à paridade com os ativos, exigida pelos trabalhadores. Também podem retornar à discussão medidas como a verificada no início de 2019 que proibiu, por meio de medida provisória, o descon-

to da mensalidade sindical na folha de pagamento dos servidores. Esta ação atua contra a liberdade do servidor filiado à entidade sindical.

Para Luis Fernando, considerando as medidas que vêm sendo tomadas desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016, há uma clara demonstração de desmonte do Estado em favor dos interesses do capital privado. O que está em jogo é a efetiva redução da representatividade dos sindicatos e sua capacidade de mobilizar não somente suas categorias, mas a sociedade em geral, na defesa de direitos.

INSS não precisa de

O governo Bolsonaro vem aprofundando o desmonte no INSS e na Previdência pública.

Há exemplo do que já aconteceu em outros países como o Chile, o governo brasileiro quer acabar com o INSS e privatizar a Previdência. Não é de hoje que o mercado está de olho na previdência pública dos brasileiros. O INSS e os servidores vêm sofrendo ataques aos longos dos anos. Mas, neste governo ultra neoliberal e fascista o projeto ganhou forças. E sem luta não sobrar nada.

Fazem parte deste plano de privatização da Previdência desde o INSS Digital, o Teletrabalho, a extinção do Serviço Social nas agências, que provocam um esvaziamento das APSs, até o fechamento das mesmas em vários estados do País, a exemplo da APS Florianópolis/Continente, palco de muitas lutas dos servidores do INSS, Anvisa e Ministério da Saúde. Incontáveis e fortes greves foram feitas ali. Diretores do Sindprevs/SC foram presos em ato realizado na greve de 2005 em frente à Agência. Porém, a APS Florianópolis Continente, após interdição do prédio pela Justiça do Trabalho e os descasos do governo federal, não resistiu e fechou as portas no fim de 2019, prejudicando servidores

e a população. A APS já não oferecia mais segurança para os atendimentos, devido ao sucateamento do local e a precariedade da situação de trabalho, há tempos já denunciada por servidores e o sindicato.

O fechamento de agências em todo o País, culmina com a tentativa de Intervenção Militar no INSS, o que foi notícia em toda mídia neste início de 2020. O governo em vez de realizar concurso público para suprir o caos da falta de servidores nas Agências, que convocaria militares da reserva para trabalhar nas APSs.

Que qualificação tem estes militares? Qual o objetivo em coloca-los em um dos órgãos mais estratégicos do governo e que permite uma melhor distribuição de renda no país, sendo que muitas famílias dependem exclusivamente dos benefícios concedidos pelo INSS? Há muito em jogo e por trás das intenções do governo.

Na opinião da Fenasps, é evidente que o INSS é o piloto da reforma Administrativa. O fechamento das Agências, a terceirização, os convênios de cooperação técnica significam um esvaziamento da carreira do Seguro Social até sua extinção. “Destá forma a luta dos servidores no INSS deve ser em defesa dos serviços públicos, contra o fecha-



intervenção militar



Na greve de 2005, a polícia repreendeu os grevistas e levou presos quatro diretores do Sindprevs/SC, durante ato histórico realizado na frente da APS Florianópolis/Continente, mas nem isso, refreou a luta.

mento das agências, contra a terceirização e privatização de serviços, pela correção salarial, por concurso público e pela jornada de 30 horas. Estas são as pautas da categoria que não é possível abrir mão. A única escolha para manter as poucas conquistas e sobrevivência enquanto categoria do INSS é a imediata retomada da mobilização”, diz nota da Federação. O Sindprevs/SC reforça o chamado da Fenasp. Os tempos são sombrios e cada vez mais a organização e luta dos trabalhadores é necessária. A Assessoria Jurídica da Fenasp e do Sindprevs/SC protocolou, no dia 22 de janeiro, uma Ação Popular que visa obrigar o Governo Federal a realizar concurso público para provimento de cerca de 19 mil cargos vagos no

INSS; impedir a contratação temporária dos 7 mil militares da reserva para prestar serviços ao INSS e abrir campanha imediata que estimule servidores aposentados do INSS a reverterem voluntariamente à atividade, na forma do art. 25, II, da Lei nº 8.112, de 1990, permanecendo até que o concurso público seja realizado e os aprovados sejam empossados. A medida judicial empregada (Ação Popular) é indicada para situações como esta, em que se pretende impedir despesas públicas ilegais ou inconstitucionais, capazes de gerar lesão ao erário. Até o fechamento desta edição, a Ação Popular de nº 1003105-84.2020.401.3400 está na 13ª Vara Federal de Brasília, concluída para despacho.

Muito além de números: sentir a vida de moradores

Dentre vários relatos e reflexões levantadas no 5º Seminário de Gênero e Raça do Sindprevs/SC, realizado de 17 a 19 de outubro/2019, foram muito emocionantes os de moradores de rua. O que houve para que fossem viver sem teto, como a vida tem sido e os sonhos destas pessoas impressionou bastante o público presente. O representante do Movimento de População em Situação de Rua, Daniel Paz dos Santos conta que ainda criança, viu seu pai tentar matar sua mãe com um facão. Já nas ruas de Florianópolis, cansou de ser chamado de bêbado, de ver a polícia jogar fora suas cobertas e roupas, além de sofrer com os abusos de autoridade e as políticas higienistas de diversos governos. “A rua acolhe, mas também cobra, e muito caro: 220 mil pessoas em situação de rua, com possibilidade de aumentar em função de um governo que não faz políticas públicas”, explica Daniel Paz dos Santos.

Também responsável por emocionar a plateia, Aline Salles, do Movimento Nacional de População de Rua, que se viu aos 13 anos sendo responsável por pagar o aluguel e cuidar das cinco irmãs, passou desde então por estupro, agressões, laqueadura forçada e ainda perdeu os quatro filhos para o Conselho Tutelar. Ela declara que se empoderou graças aos amigos e à rede de apoio. “Hoje sei me comportar porque sei que é

meu lugar. Eu faço parte da sociedade”, desabafou.

Como a política econômica muda a vida na sociedade

O autor Ladislau Dowbor, no livro *A era do capital improdutivo*, fala que, “não à toa a publicidade dos agentes financeiros é tão repleta de imagens de ternura e segurança. Uma moça sorridente, velhinhas que brincam com o seu celular, uma mãe com crianças ou bebê: tudo para implicar tranquilidade e segurança. No entanto, poucos setores de atividade são tão truculentos nos seus impactos, como se vê nos milhões de americanos que perderam as suas casas, gregos que perderam as suas poupanças ou a massa de brasileiros do andar de baixo que se veem enforcados sem sequer entender o mecanismo que os priva dos recursos. Os sistemas dominantes de informação não ajudam”.

Quanto maior a ignorância e a baixa escolaridade, melhor para as classes dominantes. “A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. No nosso caso, a partir de 2014, estes quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel essencial neste travamento”, salienta Dowbor.

Carla Appollinario de Cas-



tro acrescenta que, “é possível perceber que, no contexto brasileiro, as consequências que restam de todo o processo de ‘encolhimento do Estado’ aliado à produção de desigualdades sociais e à precarização do trabalho, repercutem de forma muito mais drástica na vida dos indivíduos, em especial, os mais pobres, historicamente ‘sujeitos’ de poucos direitos, principalmente quando se leva em consideração o fato de que não houve a consolidação e implantação total de um

Estado de bem-estar social, propriamente dito, mas, sim, ‘uma recente e restrita experiência de proteção ao desemprego, (...) que se constitui no curso da redemocratização do fim dos anos 1980, e que se erigiu sobre a base de um mercado onde predominavam intensas transições entre ocupações e, nessas, uma situação de assalariamento restrito.’ O mais grave, atualmente, é que mesmo esse tímido Estado de bem-estar social vem sendo desmantelado pelas medidas

de rua



impostas pelo neoliberalismo e pela globalização, ao mesmo tempo em que o trabalho é precarizado e as desigualdades, produzidas pelo novo 'modelo', são agravadas”**.

O supervisor técnico do Dieese/SC, José Álvaro de Cardoso, na análise *Liquidação da indústria e recolonização do Brasil*, cita que “enquanto nuvens carregadas se formam no horizonte, ameaçando uma tempestade financeira que pode ser mais grave do que a de

2008, o Brasil amarga uma crise gravíssima, com um golpe em pleno andamento, e o pior governo já registrado na história do país. Todas as medidas encaminhadas pelo governo aumentam a exposição do Brasil aos choques que ameaçam a economia mundial, previstos por especialistas em economia mundial. Dezenas de medidas que acabaram (ou reduziram), com direitos sociais e trabalhistas, entregando as estatais para os abutres, volta

da fome, todo esse conjunto, fragiliza ainda mais o Brasil perante eventuais choques internacionais da economia”. Na prática, o cálculo é simples: o motivo do aumento no número de pessoas sem teto é a ausência de políticas públicas. A região metropolitana com o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2000 a 2010, Florianópolis, também registrou aumento na vulnerabilidade social. De acordo com o documento Floripa Social, da prefeitura de Florianópolis, “em cinco anos, Florianópolis saltou de cerca de 250 pessoas em situação de rua para 500 em meados de 2017. Na Grande Florianópolis, estima-se a presença de mil pessoas dormindo ao ar livre”. O aluguel de quitinete varia de R\$ 696,88 a R\$ 1.087,50, em Florianópolis, conforme o site Custo de Vida. O transporte coletivo custa R\$ 4,20. De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre setembro e outubro de 2019, a cesta básica de Florianópolis custou R\$ 458,28. Se considerar o aluguel mais barato, a pessoa que recebe um salário mínimo não consegue morar e ter a cesta básica, nem consegue se deslocar de ônibus e fica à mercê da boa vontade

alheia. Para piorar, a “Reforma” Trabalhista aprovada em 2017, permite inclusive que trabalhadores recebam menos que um salário mínimo nacional (R\$ 998,00).

O governo federal e a imprensa comercial ignoram solenemente a realidade, porque o sistema financeiro internacional prefere vender planos de previdência e pensão privados. Resultado: foi aprovada a “reforma” da Previdência. “Os dados do trabalho informal têm reflexo na Previdência, porque reduz a arrecadação e em conjunto com a reforma trabalhista, a reforma da Previdência aumenta a precarização dos trabalhadores”, diz Wilson Martins Lalau, diretor do Sinergia, no 5º Seminário de Gênero e Raça.

Por Ana Carolina Madeira, jornalista e integrante da ACDC

**A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? (Ladislau Dowbor. - São Paulo: Autonomia Literária, 2017)*
***Globalização, Neoliberalismo, Trabalho Precarizado, Desemprego e Estado Penal: Os contornos desta combinação perversa. (Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em Brasília – DF nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008)*

Única saída: reunificação da luta

Trabalhadores buscam construir estratégias conjuntas para barrar o desmonte do Estado brasileiro, a retirada de direitos sociais e a desvalorização dos servidores públicos

Privatização das riquezas naturais e de setores estratégicos para a soberania nacional. Sucateamento dos serviços públicos e ataque aos direitos democráticos. Essa receita que orienta o Governo Bolsonaro (sem partido) se aprofunda com as PECs 186, 187 e 188 e com a MP 905, medidas que seguem a agenda internacional de ofensiva contra a América Latina.

A situação motivou, em Santa Catarina, a rearticulação da frente de servidores públicos que realizou Assembleia Unificada no último dia 4 de dezembro, na capital. Trabalhadores do serviço público contaram com o apoio das centrais sindicais e de outros sindicatos que representam categorias do setor privado. A assembleia aprovou pedido de audiência com o governador Carlos Moisés (PSL) para cobrar a retirada do projeto da Reforma da Previdência que começou a tramitar em dezembro e

prevê uma série de prejuízos para os trabalhadores do estado.

As categorias presentes também aprovaram a participação dos trabalhadores do serviço público na Jornada Nacional de Lutas em defesa do Emprego, da Soberania, da Democracia, das Estatais e pela valorização do serviço e dos servidores públicos, proposição da última Plenária Nacional do Fonasefe. No calendário de lutas do serviço público para 2020, já estão previstas a participação nas atividades relativas ao Dia Internacional de Luta das Mulheres, em 8 de março e o Dia Nacional de Paralisações, Mobilizações, Protestos e Greves, em 18 de março.

Com o fim da assembleia, trabalhadores seguiram em direção à Assembleia Legislativa para reivindicar em Plenário que a reforma da previdência do Governo Moisés (PSL) não seja aprovada.



SINDPREVS/SC LANÇA NOVOS PROJETOS DE COMUNICAÇÃO

No dia 20 de novembro, o Sindprevs/SC lançou os novos projetos gráficos do jornal Sindprevs/SC em Pauta e do site, além do aplicativo do Sindicato.

Uma comunicação cada vez mais voltada para as necessidades da categoria é um dos objetivos da atual Gestão.

Um sindicato que valoriza e investe na comunicação com a sua base e com os trabalhadores fortalece suas lutas.

O Sindprevs/SC aproveitou os eventos de novembro, Seminário sobre os impactos das reformas, Plenária Sindical de Base e Assembleia Estadual Geral, que trouxeram



à capital os dirigentes de base de todo o Estado para lançar seus novos produtos de comunicação. Uma exposição contando toda a história da

comunicação e com o título “Jornalismo pelo ponto de vista dos trabalhadores!” foi possível de ser conferida pelos participantes.

O Sindprevs/SC também usa as redes sociais Instagram, Twitter, Facebook e Whatsapp para chegar até seus filiados e filiadas.

Em tempos de Fake News, nosso compromisso é levar informação de qualidade à categoria.

Fortalecer nossos laços e ouvir mais a base faz parte do nosso dia a dia.

Siga nossas mídias e entre em contato conosco.

Por uma comunicação voltada para os trabalhadores e um Sindicato mais organizado, forte e próximo de sua base, vamos seguir melhorando cada dia mais.

ASSEMBLEIA APROVA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2020



Servidores do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa realizaram Assembleia Estadual Geral, no dia 22 de novembro, no hotel Golden, em São José/SC.

Seguindo a orientação da Plenária Sindical de Base, realizada no dia anterior, foi

aprovada a previsão orçamentária de 2020 e a criação de uma comissão de reforma estatutária que formulará propostas, considerando os projetos de reformas sindical e administrativa que tramitam no Congresso Nacional. O conteúdo produzido pela Comissão será publicizado,

permitindo que toda a categoria tenha acesso antecipado às propostas, instrumentalizando a discussão que ocorrerá no 9º Congresso do Sindprevs/SC, em 2020.

Uma comunicação cada vez mais voltada para as necessidades da categoria é um dos objetivos da atual Gestão.

SEDE ADMINISTRATIVA DO SINDPREVS/SC



Conforme indicação da PSB e após debate em assembleia, foi aprovada a venda dos imóveis da sede administrativa, no centro de Florianópolis, assim como parte da área do Complexo Ademar Rosa, em Ponta das Canas, para aquisição de outro imóvel para a sede. A Assembleia reiterou a necessidade de estudar outras propostas de imóveis para compra, além daquela apresentada pela direção do sindicato.

Caminho que busquei,
Outrora visualizado no desconhecido
E no incerto,
Não estava em nenhum dos lados de lá.
E a paz que nele pensava encontrar,
Descobri, placidamente sentada,
Ao lado das coisas que nomeiei pequenas.
Ignorada,
Pela visão anteriormente nublada da minha alma;
Esquecida,
Por detrás das máscaras da minha percepção;
Desperdiçada,
Pela insensibilidade da pressa dos meus dias.
Foi preciso o entardecer
E a leveza profunda de um olhar,
Pra despertar a minha paz.
Diminuindo a velocidade dos meus passos,
Baixando as cortinas que cobriam as janelas do meu
Sentir,
E mostrando, ainda em tempo,
Que a mesma paz que eu buscava,
Tem caminhado comigo, embora ignorada,
Pelos caminhos e atalhos
D'uma mesma estrada...



Zuleide Medeiros no livro "Poemas a Ninguém"
Servidora do Ministério da Saúde
Guerreira que partiu e deixará muitas saudades.